

23 JUN 2003

23 JUN 2003

PAULO SAMICO
EMPRESÁRIO

Não é estranho estar o governo satisfeito com o desempenho da balança comercial, que apresenta sucessivos superávits, com previsão de superar U\$ 16 bilhões este ano. Estranho é acomodar-se a ele, imaginando ser consistente e eterno. Se por um lado a explicação para a euforia é encontrada no lado financeiro, no lado real da economia não há muito o que comemorar. Temos observado seguidos decréscimos na produção industrial e a taxa de investimento da indústria não é compatível com o crescimento esperado do PIB.

A importação de bens de capital, elemento vital ao aumento da capacidade produtiva para exportação e para a introdução de novas tecnologias, tem diminuído continuamente, chegando a cair 14% no comparativo do primeiro quadrimestre 2003/2002. Por sua vez, a evolução das exportações concentra-se no setor primário, com pouco valor agregado, e que responde mais rapidamente a estímulos de curto prazo, como o

nível de preços no mercado internacional. Nos primeiros quatro meses do ano, a participação dos produtos básicos no total das importações passou de 24,5% para 27,8%, enquanto nos manufaturados caiu de 57,1% para 54,7%. Pior, segundo a Funcex, o crescimento das exportações é explicado muito mais pela quantidade vendida (índice de + 19,6%) do que pelo valor (índice de + 4,9%). Seja porque os juros terão de cair, o que estimulará os gastos com importações de forma generalizada (máquinas, bens intermediários e de consumo), seja porque haverá menor interesse em fechar contratos de exportação ao câmbio de R\$ 2,90 do que havia a R\$ 3,50, e o inverso no que tange às importações, seja ainda porque os preços dos produtos agropecuários já atingiram patamares elevados, seja por existirem concorrentes também interessados em aumentar suas exportações, seja porque não haverá a curto prazo crescimento econômico mundial que estimule maior aumento de vendas, o fato é que estaremos assistindo ao longo do segundo semestre à consolidação de uma

nova tendência, ou seja, do retorno a taxas positivas de incremento das importações combinada com taxas decrescentes de crescimento das exportações. De fato, isso já está ocorrendo com o total das importações, cuja média diária cresceu 11% de janeiro a maio deste ano. Dessa forma, o superávit obtido não tem como se manter para o próximo ano. O presidente Lula afirmou que uma das alavancas do crescimento seria o aumento da capacidade de produção para exportação, criando aí empregos e maior inclusão social. Ocorre que a falta de diretrizes e de ações concretas que configuram uma política consistente de comércio exterior poderá trazer prejuízos ao que espera o governo. A única ação realizada até o momento tem sido a esforçada peregrinação do ministro Furlan à Rússia, ao Oriente Médio e à Ásia para tentar elevar as vendas de produtos do agronegócio, especialmente carnes. Mas é muito pouco. Por que não aproveitar a boa hora dos superávits para criar uma política que independa um pouco mais do comportamento das variáveis financeiras? O que não resolve é

propor coisas recorrentes sem que as ações sejam efetivamente implementadas. Então por que não criar um programa para estruturar políticas setoriais diferenciadas para elevação da capacidade de produção, que dê vantagens competitivas a segmentos considerados dinâmicos nas exportações? Por que não criar um fundo rotativo de crédito para financiar as vendas externas? Por que não criar condições para captação externa privada para financiar, a custo internacional, a produção para exportação de maior valor agregado? Por que não eliminar os impostos que ainda recaem sobre as exportações? Por que não apostar na exportação de serviços, elemento de grande arrecadação e geração de empregos? Por que não investir em incubadoras de tecnologia para exportação? Por que não dotar o Decex, braço operacional e centro de referência do comércio exterior brasileiro, hoje praticamente deslocado de suas funções mais nobres, de estrutura que permita operacionalizar essas ações?

Realmente, muito há o que fazer. É preciso iniciativa.

Limites do superávit comercial

ECONOMIA - BRASIL